

# notícias da **FEDERAÇÃO**



JORNAL DA FNE  
ANO XIII - Janeiro /97  
PREÇO : 100\$00 BIMENSAL

Directora: Manuela Teixeira

## **ACORDO DE CONCERTAÇÃO ESTRATÉGICA**

A assinatura do primeiro Acordo de Concertação Estratégica é um acto relevante na sociedade portuguesa.



## **UM BOM ACORDO!** GOVERNO/PARCEIROS SOCIAIS



**INAUGURAÇÃO EM LISBOA  
DA SEDE DA FNE, DO SDPGL E  
DO STAAE Sul e  
Regiões Autónomas**

**FNE E MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO  
PROSSEGUEM  
NEGOCIAÇÕES**

Boas perspectivas para o  
Pré- Escolar



## PROPOSTA DA FNE PARA A CORRECÇÃO DAS DISTORÇÕES REGISTADAS NA PROGRESSÃO EM CARREIRA DOS DOCENTES DO ENSINO NÃO SUPERIOR

### Sumário

- Notícias breves - *pág. 2*
- Editorial - *pag. 3*
- Acordo de Concertação
- Estratégica - *págs. 4, 5, 14, 15 e 16*
- Inauguração instalações da FNE em Lisboa - *págs. 6 e 7*
- Reuniões no Ministério da Educação - *págs 8, 9 e 10*
- ISET - primeiro dese - *págs. 11 e 12*
- Congresso do SPZN - *pág. 13*

Proprietário: *Federação Nacional dos Sindicatos da Educação*

Directora: *Maria Manuela Teixeira*

Composição e Impressão: *SPZN*

Redacção: *Rua Pereira Reis, 399 - 4200 Porto*

Distribuído por: *FNE*

Registo na D.G.C.S.

Nº 115519

Nº Depósito Legal 53657/92

*No âmbito das negociações que estão em curso e que têm por objectivo garantir que o acesso ao topo da carreira para todos os docentes se faça, em 1 de Janeiro de 1997, com 29 anos de serviço, a FNE apresentou ao Ministério da Educação a seguinte proposta de correcção de distorções.*

### I - Educadores de Infância e Professores do 1º ciclo (Tempo reportado a 31/12/89)

Anos de serviço	Próxima integração nos escalões da carreira
4	1997 - 4º escalão
5	2000 - 5º escalão
6	1999 - 5º escalão
7	1998 - 5º escalão
8	1997 - 5º escalão
9	2000 - 6º escalão
10	1999 - 6º escalão
13	2000 - 7º escalão
14	1999 - 7º escalão
15	1998 - 7º escalão
16	1997 - 7º escalão
22	1997 - 9º escalão

A progressão destes docentes aos escalões seguintes da carreira faz-se de acordo com o disposto no DL 409/89, nos artigos 8º e 9º.

### II - Docentes Bacharéis dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário (Tempo reportado a 31/12/89)

Anos de serviço	Próxima integração nos escalões da carreira
10	1997 - 7º escalão índice I
12	1998 - 7º escalão - índice II
13	1997 - 7º escalão - índice II
14	1999 - 7º escalão - índice III
15	1998 - 7º escalão - índice III
16	1997 - 7º escalão - índice III
17	1997 - 7º escalão - índice III e 1999 - 8º escalão
18	1998 - 8º escalão

A progressão destes docentes aos escalões seguintes da carreira faz-se de acordo com o disposto no DL 409/89, nos artigos 8º e 9º.

### III - Docentes Licenciados

Anos de serviço	Próxima integração nos escalões da carreira
10	1997 - 7º escalão
12	1998 - 8º escalão
13	1997 - 8º escalão
22	1997 - 10º escalão

A progressão destes docentes aos escalões seguintes da carreira faz-se de acordo com o disposto no DL 409/89, nos artigos 8º e 9º.

## UNIDADE INTERNA E APOSTA NA CONCERTAÇÃO

Quando, no passado dia 23 de Janeiro, pudemos participar na tríplice inauguração das novas sedes do Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa, do Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares da Educação do Sul e Regiões Autónomas e da FNE em Lisboa sentimos quanto foi enorme o caminho percorrido em pouco tempo...

Quando, nessa ocasião, tivemos a oportunidade de ouvir o Secretário Geral da UGT falar sobre a Concertação Social avivou-se-nos a consciência da importância do papel desempenhado pelo movimento sindical na configuração das Sociedades contemporâneas. Esta consciência, aliás, acompanhou todo o trabalho em que fui chamada a participar, ao longo de mais de sete meses, no âmbito da Comissão Permanente de Concertação Social no sentido da concretização de um Acordo de Concertação Estratégica.

O Acordo a que chegamos foi, apenas, a primeira etapa de um longo processo que se desenvolverá, a partir de agora, em sede de Comissão de Acompanhamento do Acordo, ao longo dos próximos três anos. Por força deste Acordo as grandes medidas de política nacional, desde a Educação e Formação ao Emprego, da Reforma Fiscal à Reforma da Segurança Social, da Economia à reforma da Administração Pública, passarão por um debate e uma busca de consenso entre o Governo e os Parceiros Sociais.

No campo da Educação é, finalmente, o tempo de dar forma ao Pacto Educativo lançado, de forma menos feliz, por Marçal Grilo. É o tempo de repensar a Educação completando ou corrigindo um processo de Reforma que ficou por acabar e que, em muitos casos, foi subvertido por relação às perspectivas originais. Damos conta, neste jornal, das medidas previstas nesta área e do calendário para a sua execução esperando que todos os nossos associados se dinamizem na discussão dos textos concretizadores dessas medidas.

Como sempre, a CGTP-IN não assinou o Acordo auto-excluindo-se de participar neste processo histórico em que Governo e Parceiros Sociais assumiram implicar-se.

A CGTP e as organizações sindicais que lhe são afectas prosseguirão um sindicalismo de rua, de greves e de manifestações que não obtém vitórias para os trabalhadores. A UGT e as organizações sindicais nela filiadas têm à sua frente um futuro promissor de que a inauguração de 23 de Janeiro é, apenas, um símbolo.

**A unidade interna e a aposta na concertação, como via para defender os interesses dos trabalhadores, que são os distintivos identificadores da FNE, são o garante de que o Movimento Sindical tem um lugar privilegiado na construção de uma sociedade mais justa, desenvolvida e solidária.**

*Manuela Teixeira*

## ACORDO DE CONCERTAÇÃO ESTRATÉGICA

**UM BOM ACORDO!**  
GOVERNO/PARCEIROS SOCIAIS



### EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

É por todos reconhecido o papel fundamental da educação e da formação no emprego e na melhoria das condições de vida e de trabalho.

As empresas portuguesas cada vez mais têm que basear a sua competitividade na capacidade dos seus recursos humanos e nas competências adquiridas na escola e na formação adquirida ao longo de toda a vida activa.

A melhoria da educação e da formação constituem os melhores investimentos para o país, para as empresas e para os indivíduos.

A UGT, na sequência do Acordo Económico e Social de 1990, celebrou o Acordo de Formação Profissional em 1991. Interessa agora desenvolver e aprofundar algumas das orientações nele contidas, em especial atenção à área da Educação.

O capítulo sobre Educação e Formação constitui uma das Bases fundamentais do Acordo de Concertação estratégica, fixando orientações para uma reforma profunda dos sistemas de educação e formação em Portugal.

Com o Acordo, visa-se, nomeadamente:

- Promover uma melhoria da qualidade do sistema educativo, reforçando a participação e a descentralização, combatendo o insucesso escolar, alargando a educação

inicial e a educação ao longo da vida;

- Garantir o direito a uma qualificação inicial no sistema educativo e criando instrumentos para a formação ao longo da vida, devidamente certificada e avaliada;

- Melhorar as qualificações para gerar novas competências e combater a exclusão social.

Em síntese, o Acordo de Concertação Estratégica estabelece a necessidade de se construir um sistema integrado de educação que proporcione a cada cidadão português, no limiar do século XXI, um **percurso educativo que compreenda:**

**acesso à educação pré-escolar;**  
**uma formação geral escolar longa;**  
**uma qualificação profissional inicial;**  
**acesso regular à formação contínua.**

Nesta preocupação pelo investimento na educação para a participação na vida social, o Acordo determina as seguintes referências fundamentais:



**Melhorar a qualidade do sistema educativo**

Elevar as qualificações científicas e pedagógicas iniciais dos docentes; incentivar o desenvolvimento e divulgação de projectos de inovação; estabelecimento de observatórios e instâncias de monitorização e avaliação regular dos sistemas, das escolas e dos professores; reforçar a formação contínua e especializada de educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário;

Redefinir orientações nos domínios do currículo e da avaliação nos ensinos básico e secundário, clarificando os regimes de avaliação e de certificação de competências, bem como de um núcleo de conteúdos significativos que constitua um referencial nacional:

Alargar o ensino secundário, dando maior cobertura às regiões mais remotas;



**Participação e autonomia para a descentralização**

Descentralizar o sistema educativo, reforçando **dinâmicas de parceria** e corresponsabilização orientadas para o alargamento, diversificação e consolidação das ofertas de educação e formação, aprofundando a autonomia das escolas públicas e reforçando a

## ACORDO DE CONCERTAÇÃO ESTRATÉGICA . CONTINUAÇÃO

participação dos agentes educativos, dos encarregados de educação e de representantes da comunidade na construção de projectos de escola .



### Sucesso educativo para todos

Garantir o acesso ao ensino e envidar todos os esforços para que os jovens cumpram a **escolaridade obrigatória com sucesso**, institucionalizando uma rede nacional integrada de **educação pré-escolar**; estabelecendo projectos de **compensação educativa** e de **pedagogia diferenciada** no ensino básico; promovendo **medidas de complemento educativo**, no campo da saúde e orientação escolar e profissional;

Dotar cada jovem de uma formação qualificante, a todos garantindo a possibilidade de acesso a, pelo menos, **um ano de formação profissionalmente qualificante** após a conclusão da escolaridade básica de 9 anos;

Promover uma **Educação Básica de qualidade** que desenvolva desde cedo o espírito de iniciativa e da capacidade criativa e que integre, no seu período terminal, o contacto com tecnologias diversas que permitam alguma orientação para opções futuras ;

Criar **mecanismos compensatórios** para combater eficazmente, na escolaridade obrigatória, os factores de insucesso;

**Prevenir a desistência e o abandono escolares**, reforçando a **acção social escolar** e os **serviços de psicologia e orientação**; desenvolvendo **centros de ocupação de tempos livres** e de **programas de educação-formação** em regime de alternância.



### Promover a educação ao longo de toda a vida

Reforçar a ligação entre projectos de **educação básica de adultos** e programas para desempregados de longa duração;

Promover vias adequadas de **educação recorrente da população empregada**, nomeadamente no âmbito do sistema de formação profissional e intensificar o apoio às iniciativas de educação extra-escolar de adultos através de estímulos às iniciativas de educação extra-escolar de adultos através de estímulos às entidades que as promovam e da criação de um sistema de reconhecimento destas formações;

Oferecer percursos educativos e formativos que permitam aos jovens e adultos que abandonaram prematuramente o sistema, a **aquisição de**

**habilitações académicas correspondentes ao 9º ano**, desejavelmente **acopladas a uma qualificação profissional de nível II**.



### Desenvolver o ensino superior

Desenvolver o ensino superior universitário e o ensino superior politécnico, clarificando os respectivos papéis;

Apoiar a realização de cursos de pós-graduação universitários em áreas de gestão empresarial, com prioridade para as que se encontram mais a descoberto;

Desenvolver formas de interface entre o ensino superior, o tecido empresarial e a comunidade envolvente, tendo em vista a difusão da inovação, de recursos humanos avançados e o enriquecimento e adequação do conteúdo do ensino e da I&D.



### Coordenar educação e formação

Reforçar a cooperação institucional entre os Ministérios da Educação e da Qualificação e Emprego e **aprofundar a coordenação dos sistemas de educação e de formação**, com relevo para a participação dos agentes económicos nas iniciativas de formação inicial, inseridas no mercado de emprego ou no sistema educativo, conducentes à obtenção de uma qualificação profissional;

Precisar o estatuto jurídico das **Escolas Profissionais**, tendo em vista estabelizar este sistema de ensino;

Promover uma melhor **articulação entre a educação e a vida activa**, reforçando as componentes experimentais e tecnológicas, a progressiva extensão dos serviços de psicologia e orientação, a generalização das UNIVA e o fomento de programas e protocolos de colaboração entre as escolas e as empresas;

Reforçar as componentes de **formação em posto de trabalho** (estágio) no ensino pós-obrigatório;

Integrar as ofertas de formação numa óptica de educação e **formação ao longo da vida**, reforçando as componentes de formação geral em todos os percursos e implicando os agentes económicos na produção dos contextos de aprendizagem (em 1997/98);

**Valorizar a formação profissional qualificante** - quer ao nível da aprendizagem, quer através das **escolas profissionais** - e a diversificação controlada da oferta de cursos tecnológicos no ensino secundário.

(Cont. na pág. 14)

## INAUGURAÇÃO DA SEDE DA FNE, DO SDPGL E DO STAAE Sul e Regiões Autónomas

### MANUELA TEIXEIRA E JOÃO PROENÇA CONFIRMAM-SE: NÃO HÁ CRISE NO SINDICALISMO

*A secretária-geral da FNE, Manuela Teixeira, e João Proença, secretário-geral da UGT, não podiam estar mais de acordo: o Sindicato Democrático de Professores da Grande Lisboa é uma prova da vitalidade do movimento sindical. Estas afirmações foram produzidas no dia 23 de Janeiro passado, na cerimónia de inauguração das novas instalações daquele Sindicato, onde há também espaços próprios, quer para a FNE, quer para o STAAESul e Regiões Autónomas.*

João Proença elogiou o papel e a lição que os sindicatos jovens, como o SDPGL, dão ao movimento sindical, mostrando-se como exemplos de que os sindicatos ainda podem crescer, ao contrário do que dizem quantos andam a falar da crise do sindicalismo.

Momentos antes, Manuela Teixeira tinha deixado claro que o movimento sindical não estará



em crise enquanto houver militantes sindicais como os do SDPGL: “Onde há militância, ideias muito fortes e solidariedade não há crise”

A primeira intervenção da cerimónia tinha pertencido a Conceição Alves Pinto, Presidente do SDPGL, a qual, num discurso emocionado, deu conta da alegria para todo o seu sindicato que representava a inauguração, não só de umas novas instalações, mas sobretudo de umas instalações com a dignidade daquelas que todos puderam comprovar. A palavra que depois a Presidente do SDPGL sublinhou foi a da solidariedade: sem a solidariedade do movimento sindical docente, o seu Sindicato não poderia ter conseguido instalações como aquelas.



## INAUGURAÇÃO DA SEDE DA FNE, DO SDPGL E DO STAAE Sul e Regiões Autónomas

Depois, foi a vez do Presidente do STAAESul e Regiões Autónomas se congratular com o importantíssimo momento que estava a viver o seu Sindicato e todo o movimento sindical da educação.

Na sua intervenção, Manuela Teixeira sublinhou a importância da concretização da disposição estatutária da FNE que determina que a sede social da Federação se situe em Lisboa, embora os serviços acompanhem a secretária-geral. Só agora é que se pode dizer que a FNE tem, verdadeiramente, uma sede digna desse nome em Lisboa. De qualquer modo, a secretária-geral da FNE não deixou de sublinhar o orgulho que sentia pelo facto de a FNE ser “inquilina” do SDPGL. E, neste momento, deu conta do enorme esforço que os sindicalistas do SDPGL realizaram, em apenas oito anos, conseguindo transformar várias tentativas anteriores de sindicalismo democrático na região de Lisboa, numa realidade com a força que aquele Sindicato hoje detém.

O SDPGL, constituído há apenas oito anos, tem vindo a crescer de uma forma consolidada, tendo já ultrapassado os 6000 sócios.

### O Acordo de Concertação Estratégica é um acordo para o emprego

A intervenção de João Proença foi dominada pelo conteúdo do Acordo de Concertação Estratégica, assinado pela UGT, pelo Governo e pelas Confederações Patronais. “Este acordo, muito vasto, para três anos, estabelece grandes compromissos entre os trabalhadores e os empregadores”, disse, acrescentando tratar-se de um acordo para o emprego. A este propósito, o secretário-geral da UGT lembrou que um dos principais

objectivos deste acordo é a criação de mais de 100 mil postos de trabalho.

### Docentes e não docentes de mãos dadas na FNE

Manuela Teixeira não deixou de sublinhar o facto de, nestas novas instalações, estarem a FNE, o SDPGL - um sindicato de docentes - e o STAAESul e Regiões Autónomas - um sindicato de não docentes. É um sinal de que a FNE é uma federação representativa de todos os trabalhadores da educação.

Aliás, foi sublinhado que nesse mesmo dia o Secretariado Nacional da FNE tinha decidido, por unanimidade aclamação, propor que a presidência do Conselho Geral da FNE passasse a ser ocupada pelo presidente do STAAESul e Regiões Autónomas, João Cachada.

A secretária-geral da FNE afirmou, a este propósito: “Nunca haverá um projecto educativo se os trabalhadores não docentes forem marginalizados.”



“Sala Manuela Teixeira” recebe secretariado nacional da FNE

A inauguração das novas instalações tinha ainda sido antecedida do descerramento de uma placa que atribui à sala de reuniões do secretariado nacional da FNE em Lisboa o nome de Manuela Teixeira. O secretariado nacional decidiu, nesta mesma data, que, mesmo que a FNE venha a mudar de instalações, em Lisboa, por qualquer motivo, a sala de reuniões do secretariado nacional tenha sempre Manuela Teixeira como patrono. ■

## FNE E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PROSSEGUEM NEGOCIAÇÕES

*O mês de Janeiro fica assinalado, em termos de relações com o Ministério da Educação, pela realização de três importantes reuniões.*

*No dia 16, uma forte delegação da FNE teve uma reunião de trabalho com o Ministro da Educação, tendo estado presente também a Presidente da Comissão Negociadora do Ministério para o ensino básico e secundário. Este encontro permitiu a enunciação de algumas orientações políticas importantes para o prosseguimento das negociações*

*Nos dias 22 e 27, realizaram-se novas reuniões entre as comissões negociadoras da FNE e do Ministério.*

### ESTATUTO DA CARREIRA DOS TRABALHADORES NÃO DOCENTES É ÁREA PRIORITÁRIA EM 1997

No encontro que a FNE manteve com o Ministro da Educação, a Secretária-Geral da FNE mostrou-se surpreendida e chocada com o facto de a Secretaria de Estado da Administração Educativa manter contactos com outra organização sindical, remetendo-lhe mesmo propostas de texto articulado para o novo Estatuto dos Trabalhadores Não Docentes da Educação, sem ter enviado à FNE qualquer documento sobre a matéria. Esta atitude do Ministério revelava-se tanto mais estranha quanto é certo que tinha sido a FNE a organização que, em 1996, tinha manifestado a este Governo a necessidade imperiosa de se avançar para a definição de um estatuto adequado para estes trabalhadores.

Na sequência, Manuela Teixeira reiterou a reivindicação de que 1997 venha a ser o ano da formulação do Estatuto da Carreira dos Trabalhadores Não Docentes na Educação, exigindo que a FNE - como federação que representa todos os trabalhadores da Educação - participe activamente na enunciação desse estatuto.

O Ministro da Educação reconheceu que, neste momento, e conhecendo as realidades das escolas portuguesas, considerava que os trabalhadores não docentes são extremamente importantes nos estabelecimentos de ensino, nomeadamente no combate à droga, no combate à indisciplina, assinalando que algum afecto da escola também passa por estes trabalhadores. Assim, prometeu que esta área será prioritária em 1997.

### É PRECISO APROFUNDAR A AUTONO- MIA DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR

Outra matéria que ocupou o encontro entre a FNE e o Ministro da Educação foi o ensino superior. Também aqui a FNE exigiu, da parte do Ministério, uma alteração substancial de comportamento, reconhecendo, na prática, a obrigatoriedade da intervenção da FNE em todo o processo negocial que se desenvolver para o ensino superior.

A FNE exigiu o reatamento das negociações com vista a uma revalorização salarial intercalar par os docentes do ensino superior, de modo a dar corpo ao acordo assinado em 1996 e no qual se previa que para estes docentes se procederia até 1999 a uma significativa revalorização salarial.

Por outro lado, a Secretária-Geral da FNE manifestou a necessidade de muito rapidamente serem reatadas as negociações relativas aos estatutos das carreiras do ensino superior universitário e politécnico, interrompidas há meses e que a FNE já no final do mês de Dezembro tinha exigido.

Na área do ensino superior, e para além das matérias relativas à revalorização salarial, a FNE considerou existirem duas áreas - relacionadas com os estatutos de carreiras - de índole política: a questão da dedicação exclusiva e a dos quadros das escolas superiores - que para a FNE não podem continuar mais na sua actual estrutura. Assim, a FNE manteve que exige o fim do regime de dedicação exclusiva e que exige que as escolas de ensino superior tenham quadros globais, de modo a permitirem que a progressão em carreira

## FNE E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PROSSEGUEM NEGOCIAÇÕES

(Cont. da pág. 8)

dos professores se possa fazer sem limitação de vagas.

Quer a Secretária-Geral da FNE, quer o Ministro se manifestaram a favor do aprofundamento da autonomia e da flexibilidade de gestão das escolas de ensino superior, sendo certo que essa autonomia tem que ser conduzida de uma forma clara, transparente, garantindo a visibilidade de tudo quanto aí se passa, nomeadamente na área respeitante a concursos.

### NOVOS ÍNDICES DOS 9º E 10º ESCALÕES SÃO PARA VIGORAR DESDE 1 DE JA- NEIRO DE 1997

A lentidão com que estão a decorrer as negociações de revisão do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância, bem como a questão dos novos índices dos 9º e 10º escalões foram outras duas matérias que estiveram em questão no encontro entre a FNE e o Ministro da Educação.

Sobre os novos índices (292 e 332, respectivamente), para os 9º e 10º escalões, bem como sobre o direito de todos os docentes com 29 anos de carreira a eles acederem em 1 de Janeiro de 1997, o Ministro da Educação foi categórico: terá que ser assim, para que se cumpra o acordo celebrado em 1996 entre a FNE e o Ministério da Educação.

A FNE lembrou, a este propósito, que essa decisão implica a revisão da Portaria de recuperação de tempo de serviço, de modo que em 1 de Janeiro de 1997 todos os docentes com 29 anos de serviço sejam posicionados no topo da carreira.

Por outro lado, foi salientado neste encontro que a revisão global da carreira terá que ocorrer ao longo de 1997, para que a nova carreira docente esteja estabelecida a partir de 1 de Janeiro de 1998, em paralelo com todas as outras carreiras gerais e dos corpos especiais da Administração Pública - cujas negociações de revisão estão em surdo no âmbito das negociações entre a FESAP e o Governo.

Ainda na área do Estatuto da Carreira

Docente, a FNE questionou o Ministério sobre os despachos que regulamentaram os artigos 54º e 55º, já que se verificaram algumas discrepâncias entre os cursos que constam dos anexos ao acordo celebrado entre a FNE e o Ministério e e os que estão nos anexos publicados em Diário da República, tendo recebido a informação de que essas alterações se tornaram necessárias para do texto legal constassem as designações correctas dos cursos em causa.

Sobre os artigos 56º e 57º, o Ministro anunciou que iriam ser tomadas as medidas que conduzissem à elaboração de um Decreto-Lei que altere a sua redacção actual, de forma a que o mais cedo possível os seus efeitos se façam sentir nas carreiras dos professores envolvidos.

### DENTRO DE TRÊS ANOS, OS VENCIMENTOS DOS EDUCADORES DAS IPSS E DO SECTOR PÚBLICO ESTARÃO AO MESMO NÍVEL

Neste encontro entre a FNE e o Ministro da Educação, foram tratadas outras questões da maior relevância, como o sejam o do programa de expansão e consolidação da educação pré-escolar, ou o da administração das escolas, ou ainda o dos exames no ensino secundário.

Não pode deixar de ser salientado o compromisso assumido pelo Ministro da Educação de que **a licenciatura vai passar a ser formação académica de base exigida para os educadores de infâncias e professores do 1º ciclo, já a partir de 1998/99**, para o que as instituições de ensino superior serão chamadas urgentemente a procederem a ajustamentos curriculares que permitam esta medida.

Na área da educação pré-escolar, o Ministério anunciou um conjunto de apoios financeiros a infraestruturas, bem como a expansão da rede pública através da celebração de contratos-programa com as Câmaras Municipais, garantindo a gratuitidade da componente educativa no grupo etário dos 3 aos 5 anos de idade.

(Cont. na pág. 10)

## FNE E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PROSSEGUEM NEGOCIAÇÕES

(Cont. da pág. 9)

A solução encontrada para a consolidação e expansão da educação pré-escolar foi considerada gradualista, em termos de carreira dos educadores que trabalham nas IPSS e nas Misericórdias, já que **o objectivo é fazer com que em 3 anos se consiga fazer coincidir as carreiras destes com os que trabalham no sector público**. O primeiro salto, em termos de vencimento, vai constituir em fazer coincidir o topo daquela carreira com a base actual dos vencimentos dos educadores da rede pública.

Ainda em matéria de educação pré-escolar, foi anunciada a vontade do Ministério em ser altamente exigente com a qualidade da oferta do sector privado e da solidariedade social, tendo sido garantias de que o não cumprimento rigoroso da qualidade pedagógica irá ter efeitos penalizantes.

Relativamente à administração escolar, foi

anunciada a intenção de intervir no sentido de fazer com que às escolas de 1º ciclo seja dada a visibilidade que devem ter, acabando-se com a sua fragilidade e dependência. Neste sentido, avançar-se-á em termos de territorialização e autonomia, para o que se estabelecerão programas de formação de professores a iniciarem-se já no próximo ano lectivo.

Em relação aos exames de nível nacional, no 12º ano, a FNE manifestou a sua concordância com a necessidade de tudo fazer no sentido da sua credibilização. A FNE registou que o Ministro não tem intenção de alterar o actual modelo de realização de provas globais nos 10º e 11º anos, enquanto não se conseguir o desejado nível de credibilidade para o processo de exames ao nível do 12º ano. ■

### A FNE exigiu carreira com 29 anos desde 1 de Janeiro de 1997

*No dia 22 de Janeiro, o encontro entre as comissões negociadoras da FNE e do Ministério teve apenas dois pontos na Ordem de Trabalhos: o capítulo de direitos e deveres no ECD e a estrutura da carreira a partir de Janeiro de 1997.*

As propostas do Ministério para alteração dos artigos respeitantes aos direitos e aos deveres dos docentes no ECD foram consideradas aceitáveis pela FNE, pelo que não constituíram motivo de desacordo. A FNE considerou, no entanto, que se deveria avançar logo que possível para a enunciação do direito à contratação colectiva.

Em relação à estrutura da carreira, o Ministério concordou com a exigência da FNE de que, a partir de **1 de Janeiro de 1997, os índices dos 9º e 10º escalões são, respectivamente, o 292 e o 332**. No entanto, informou que a execução orçamental do Ministério deverá permitir que o pagamento pelos novos índices se faça só a partir de 1 de Outubro de 1997, sendo que os retroactivos entre Janeiro e Setembro serão pagos no decorrer do primeiro semestre de 1998.

A FNE exigiu que os pagamentos dos vencimentos pelos novos índices se inicie o mais cedo possível, apontando, o mais tardar, o mês de Junho como uma data oportuna.

O Ministério anunciou ainda ter estudado atentamente a proposta que a FNE apresentou relativamente à correcção das distorções detectadas na carreira docente. Assim, o Ministério disponibilizou-se para considerar apenas algumas das propostas nele contempladas, nomeadamente:

a) a situação do índice do 2º escalão, para o qual a FNE propôs um aumento do índice 115 para o índice 140. O Ministério admitiu aumentar o índice para 130, considerando que a proposta da FNE representava uma aproximação excessiva em relação ao índice do 3º escalão (145). A FNE manteve, para já, a sua proposta, sustentando o princípio de que considera exagerada a diferença de dois escalões entre Bacharéis e Licenciados.

b) a criação dos índices para Mestres e Doutores, para o que o Ministério declarou que poderia haver disponibilidade de tratamento, mas no âmbito da negociação das carreiras gerais e dos corpos especiais da Administração Pública, ao longo do ano de 1997, para vigorar a partir de 1 de Janeiro de 1998.

Nesta reunião, o Ministério anunciou terem seguido já para publicação uma Portaria de rectificação à Portaria nº 1045-C/95, sobre as habilitações profissionais para a docência no grupo de informática, e um Despacho Normativo para enunciação de habilitações próprias para a docência das disciplinas do grupo de Informática. ■

## ISET CONTINUA A AFIRMAR-SE COMO UMA GRANDE ESCOLA UNIVERSITÁRIA

### ISET: caminho percorrido

Estão a chegar ao termo do CESE em Administração Escolar os primeiros finalistas do ISET. O primeiro diploma de estudos superiores especializados foi atribuído em 26 de Novembro de 1996 estando previstas para Fevereiro novas defesas de Projectos com que o Curso se conclui.

Este momento, como facilmente se compreende, é particularmente importante para qualquer instituição de ensino universitário. É altura de olhar para trás e analisar as qualidades do projecto inicial que foi levado à prática.

Importa, antes de mais, relembrar o que foi a nossa aposta no momento de partida e como ela foi evoluindo.

### Criação do ISET e início dos cursos

Durante o primeiro semestre do ano civil de 1991 foi elaborado a estrutura do plano de estudos em Ciências de Educação e em Sindicalismo, tendo-se desde logo concretizado o plano de estudos para Administração Escolar. A sua aprovação pelo Conselho Científico ocorreu a 4/7/91. O primeiro grupo de formandos inscreveu-se no início de 1992, em Braga, Coimbra, Évora, Lisboa e no Porto.

Importa salientar que, ao abrigo da lei em vigor os Estabelecimentos de Ensino Superior podiam, à época, começar a laborar enquanto aguardavam o reconhecimento.

### Dimensões do Projecto : formação contínua e obtenção de graus

O plano de estudos em Administração Escolar previa duas etapas no percurso de formação.

Por um lado, um percurso de **formação contínua** que se desdobrava em quatro módulos. Terminados estes quatro módulos estava previsto que os formandos que se situassem numa perspectiva de formação contínua, prosseguissem essa formação através da participação em projectos de investigação.

Por outro lado, para os formandos que quisessem usufruir da **obtenção de graus**, era suposto que findos os quatro módulos (que integravam avaliação para progressão entre módulos) apresentassem trabalhos de índole científica para avaliação de sete das disciplinas cujos conteúdos integravam os módulos atrás referidos. Com esta avaliação terminada e com a apresentação de



um projecto de investigação teriam reunidas as condições de prosseguir para a obtenção de graus.

Foi aquele plano de estudos aprovado pelo Conselho Científico e submetido ao ME para reconhecimento, que foi publicitado em 1992 junto dos formandos que se inscreveram no ISET. Assim, quando foi lançado o primeiro módulo no início de 1992, os formandos inscreveram-se num curso de *Especialização em Administração Escolar* cuja frequência poderia ser potenciada para a obtenção de graus académicos superiores.

Entretanto o reconhecimento do ISET e dos seus cursos seguiam os trâmites legais. O reconhecimento do ISET consta da Portaria 50/93 de 12 de Janeiro e o reconhecimento do Curso Superior de Estudos Especializados em Administração Escolar está consignado na Portaria 967/93 de 1 de Outubro. O processo de reconhecimento pelo Ministério da Educação do Mestrado em Administração Escolar não pôde chegar a bom termo dado o constrangimento legal que impede o reconhecimento de Mestrados às Instituições de Ensino Superior antes de decorrido o tempo correspondente à obtenção do grau de licenciatura (5 anos).

Os actuais finalistas do ISET frequentaram, assim, os dois primeiros módulos enquanto se esperava pelo reconhecimento. Já quando ingressaram no 3º módulo foi publicitada a informação sobre os reconhecimentos entretanto ocorridos e aquele que não pôde ser obtido. A procura da formação em Administração Escolar ministrada pelo ISET excedeu as expectativas mais optimistas. Dada o carácter estratégico desta formação para o desenvolvimento do sistema educativo, a direcção do ISET deliberou descentralizar de forma extraordinária a actividade de leccionação. Entretanto, verificamos que a esmagadora maioria dos formandos que iam avançando projectavam completar o CESE de Administração Escolar. Acresce ainda que o ritmo de

## O ISET CONTINUA A AFIRMAR-SE COMO UMA GRANDE ESCOLA UNIVERSITÁRIA

frequência da formação se acelerou, uma vez que os próprios formandos fizeram pressão para que, terminado o 4º módulo, de imediato se pudessem inscrever no 5º módulo (correspondente ao Seminário de acompanhamento dos projectos e ao II módulo Interdisciplinar). A análise feita do processo fez introduzir alterações sucessivas nomeadamente nos prazos para avaliação das diferentes disciplinas e na distribuição das unidades curriculares de cada disciplina pelos quatro módulos. Actualmente os quatro módulos são leccionados em três anos e num quarto ano decorre o 5º módulo.

O esforço para responder com qualidade à expectativa dos nossos formandos faz com que a Direcção do ISET considere que actualmente não é aconselhável avançar de imediato para o mestrado. Importa no entanto recordar que, quando o fizermos, o mestrado será leccionado de forma muito menos descentralizada.

### *Reconhecimento e Acreditação da Formação para Progressão em Carreira*

Actualmente os formandos do curso de Administração Escolar do ISET têm diferentes formas de certificação da sua formação.

1. A formação que frequentam durante os três primeiros anos permite obter um crédito de formação contínua por ano para progressão.
2. No final do 4º módulo concluem uma *Especialização em Administração Escolar* acreditada pelo Conselho Científico Pedagógico para efeito de exercício de cargos
3. Com o 5º módulo e a defesa do projecto conclui-se o *Curso de Estudos Superiores Especializados em Administração Escolar* que **integra a lista de DESES que produzem efeito no âmbito da regulamentação dos artº 56º e 57º do Estatuto da Carreira Docente.** Precisemos que estes artigos produzem não só os efeitos do artº 55º como ainda prevêm acelerações em carreira pelo desempenho de cargos.

### *Novas áreas de formação no ISET*

O Conselho Científico do ISET, sob proposta da Direcção, reconheceu estar-se na hora de alargar o âmbito da Formação ao nível das Ciências da Educação e de avançar para a Formação na área do Sindicalismo.

Na sequência deste reconhecimento o Conselho Científico já aprovou os planos de estudos de Cursos Superiores de Estudos Especializados para as seguintes áreas :

- Formação de Formadores,
- Comunicação Educacional,
- Apoio Educativo e
- Formação de Adultos.

O processo de pedido de reconhecimento está a decorrer. Logo que forem reconhecidos daremos a devida publicitação a tal facto.

Para avançar na área de sindicalismo foi decidido convidar mais dois membros para o Conselho Científico que têm reconhecida competência na área sindical: o Eng.º João Proença e o Dr. Luís de Melo.

O ISET, no entanto, não quer esgotar a sua actividade em cursos conducentes à obtenção de graus e quer voltar a desenvolver as duas vertentes do projecto inicial. Por isso está em curso o planeamento de acções de formação contínua não integradas nos planos de estudos dos Cursos de Estudos Superiores Especializados.

### *Composição actual dos órgãos do ISET*

A Direcção e o Conselho Científico do ISET foram reconstituídos tendo, na actualidade, a seguinte constituição :

#### Direcção

- |                 |  |
|-----------------|--|
| Presidente      | - prof. doutora Conceição Alves Pinto  |
| Vice-Presidente | - prof. doutora Manuela Teixeira   |
| Vogais          | - prof. dr. João Raimundo<br>dr. João Rios Pereira<br>prof. José Ricardo Nunes |

#### Conselho Científico

- |            |   |
|------------|---|
| Presidente | - prof. doutor Rui Morgado  |
| Vogais     | - prof. doutora Conceição Alves Pinto<br>prof. doutor Feliciano Veiga<br>eng.º João Proença<br>prof. dr. João Raimundo<br>dr. Luís de Melo<br>prof. doutor Manuel Alte da Veiga<br>prof. doutora Manuela Teixeira<br>prof. doutor Mariano Alves ■ |

**POR UM SINDICALISMO ACTUANTE RUMO AO SÉCULO XXI**

**DIGNIFICAR A ESCOLA PARA VALORIZAR O FUTURO**

## **6º CONGRESSO DO SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA NORTE**

Este Congresso serviu para aprovar o Relatório de actividades desenvolvidas ao longo do triénio e para aprovar as Grandes Linhas de Política Reivindicativa e o Plano de Acção para o triénio 1997/1999, tendo ainda procedido à eleição dos novos Corpos Gerentes do Sindicato para o mesmo triénio.

Participaram nos trabalhos 510 delegados, tendo sido registada a presença de participantes - membros dos Corpos Gerentes - e vários observadores. A Mesa que dirigiu os trabalhos foi presidida por Maria Amélia Azevedo.

No decorrer dos trabalhos, estiveram presentes delegações de inúmeras organizações sindicais nacionais e estrangeiras, sendo de destacar a presença do Secretário Geral da Internacional da Educação, Fred van Leeuwen, e do Secretário-Geral do Comité Sindical Europeu da Educação, Alain Mouchoux.

Sendo certo que o Congresso era chamado a uma Ordem de Trabalhos institucional, não é menos verdade que este 6º Congresso constituiu, para o SPZN, um momento particular, já que nele Manuela Teixeira e Luís de Melo deixaram de desempenhar os cargos de Presidente e de Vice-Presidente do Sindicato, no final de 20 anos de dedicação exemplar ao SPZN em particular e ao Movimento Sindical em

*Nos dias 8, 9 e 10 de Janeiro de 1997, reuniu na Exponor, em Matosinhos, o 6º Congresso do Sindicato dos Professores da Zona Norte, sob a sigla "Por um Sindicalismo actuante rumo ao século XXI - Dignificar a escola para valorizar o futuro".*



geral. Aliás, este aspecto constituiu uma nota saliente de todos os trabalhos do Congresso, tendo-o marcado significativamente desde a primeira hora. Deste modo, foram inúmeras as manifestações de apreço de que a Manuela Teixeira e o Luís de Melo foram alvo, sendo de destacar uma mensagem do Ministro da Educação.

O Congresso apreciou e aprovou as Linhas de Política Reivindicativa para o triénio 1997/99. Estas Linhas de Política Reivindicativa reiteram, essencialmente, as grandes orientações que a FNE aprovou e que tem vindo a prosseguir. Aliás, este facto não significa mais do que o forte empenhamento do SPZN na contribuição para o fortalecimento e engrandecimento da acção da FNE.

O Congresso aprovou ainda, mas desta vez por unanimidade e aclamação o plano de acção a desenvolver no triénio de 1997/99.

Os trabalhos do Congresso foram ainda assinalados pela aprovação de uma moção de urgência apresentada pela comissão directiva, de solidariedade com o povo mártir de Timor-Leste. A moção determinava: a) felicitar D. Ximenes Belo e José

Ramos Horta, pelo seu trabalho incessante em favor do povo de Timor-Leste; b) endereçar ao povo mártir de Timor-Leste a sua saudação de solidariedade na luta contra a opressão, a injustiça e a ilegalidade; c) exigir a imediata libertação do líder histórico da Resistência Xanana Gusmão; d) incitar os dirigentes políticos de Portugal a prosseguirem intransigentemente todas as acções que alertem a comunidade internacional para as atrocidades que todos os dias a Indonésia comete sobre o povo de Timor-Leste; e) apelar à comunidade internacional, no sentido de que não se deixe inibir pela capacidade militar e económica da Indonésia e que coloque acima dos seus interesses económicos a defesa da liberdade, da justiça e dos direitos humanos e o direito do povo de Timor-Leste à auto-determinação.

Finalmente, o Congresso terminou com uma votação expressiva na única candidatura apresentada para dirigir o SPZN ao longo do próximo triénio, passando Natércia Cardeano a Presidente do Sindicato, sendo que Manuela Teixeira assumiu as funções de Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Geral.

## INVESTIR NA EDUCAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO NA VIDA SOCIAL

(Cont. da pág.5)

### Calendário da execução das medidas aprovadas

MEDIDAS	DATA
Dotar cada jovem de formação qualificante com pelo menos um ano formação profissional pós, 9º ano	96/97
Prevenir e combater o insucesso através de: <ul style="list-style-type: none"> <li>• rede nacional de pré-escolar</li> <li>• projectos de compensação educativa</li> <li>• medidas de complemento educativo</li> </ul>	96/98
Medidas de promoção de articulação entre a educação e a vida activa	96/98
Descentralização do sistema educativo, aprofundando a autonomia das escolas	1997
Reforço da cooperação institucional entre os ministérios da Educação e para a Qualificação e Emprego	1997
Aprofundamento da coordenação dos sistemas de educação e de formação, criando uma gestão concertada da oferta	1997
Componentes de formação no posto de trabalho (estágios no ensino pós-obrigatório)	1997
Definição do regime jurídico das escolas profissionais	1997
Valorização da formação profissional qualificante e diversificação controlada da oferta de cursos tecnológicos no ensino secundário	1997
Desenvolvimento de formas de interface entre o ensino superior, o tecido empresarial e a comunidade envolvente	1997
Reforço da ligação entre projectos de educação básica de adultos e programas para desempregados de longa duração	1997
Redefinição do currículo e da avaliação nos ensinos básico e secundário	97/98
Melhorar a qualidade dos serviços educativos através de: <ul style="list-style-type: none"> <li>• elevação das qualificações iniciais dos docentes</li> <li>• incentivo a projectos de inovação</li> <li>• monitorização e avaliação dos sistema</li> <li>• reforço da formação contínua e especializada dos docentes</li> </ul>	97/98
Oferta de percursos alternativos aos jovens e adultos que não concluíram o 9º ano	97/98
Prevenir a desistência e o abandono escolar e criar mecanismos compensatórios que permitam combater os factores de insucesso	97/99
Desenvolver o ensino superior e clarificar os papéis relativos do universitário e do politécnico	97/99
Promover educação recorrente de população empregada	97/99

## INTERVENÇÃO DE JOÃO PROENÇA NA ASSINATURA DO ACORDO DE CONCERTAÇÃO ESTRATÉGICA

### OS OBJECTIVOS FUNDAMENTAIS DA UGT FORAM ATINGIDOS

*- declarou o Secretário-Geral da UGT ao assinar o*

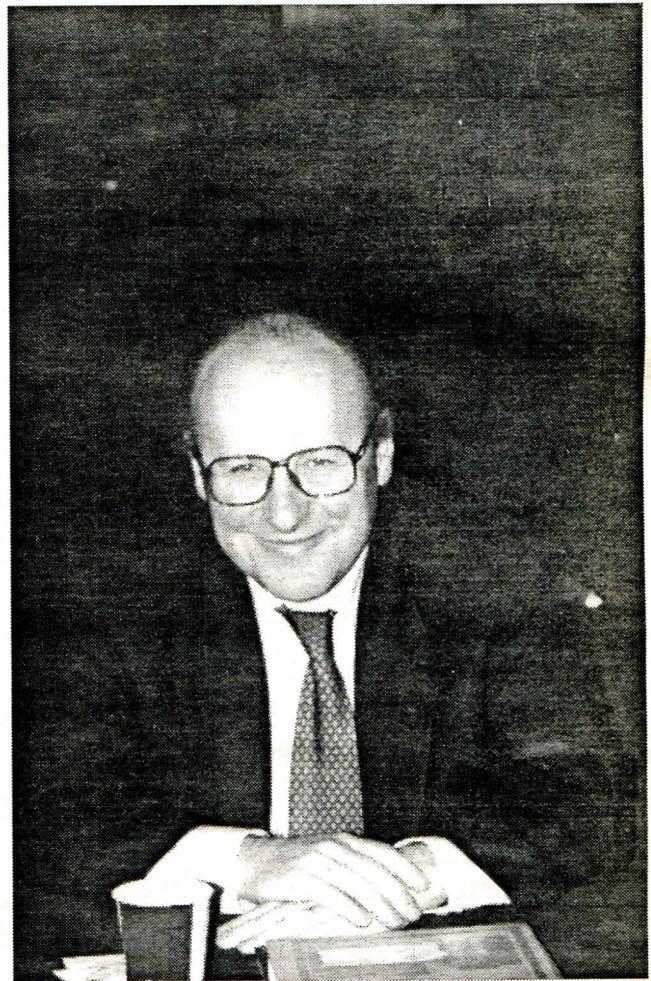
#### ACORDO DE CONCERTAÇÃO ESTRATÉGICA

*Na cerimónia de assinatura do  
Acordo de Concertação Estratégica - na  
residência oficial do Primeiro Ministro -  
, João Proença - Secretário-Geral da  
UGT - fez a seguinte declaração:*

A assinatura do primeiro Acordo de Concertação Estratégica é um acto relevante na sociedade portuguesa. Pela extensão e profundidade dos compromissos assumidos. Pelos caminhos abertos para o futuro.

Todos os Acordos traduzem um compromisso. Independentemente dos "cadernos reivindicativos" de cada uma das Confederações, foi possível chegar a um Acordo que não é de soma nula. **Há um ganho sensível para os trabalhadores, no activo, desempregados ou reformados, para as empresas e para o País.**

Este Acordo é, para nós, em primeiro lugar, o Acordo do Emprego, quer em termos quantitativos, quer qualitativos. Cada vez mais o combate ao elevado nível de desemprego está no



centro das preocupações dos Governos e de todos os cidadãos. O seu elevado custo social e económico corrói a coesão económica e social e põe em causa a competitividade das empresas e do país. Este Acordo traduz um empenhamento colectivo em abordar este combate nas suas múltiplas dimensões: educação, formação, competitividade das empresas e condições de trabalho. Promover o emprego implica crescimento económico significativo e intensivo em emprego, bem como políticas activas. Se nestas matérias não há certezas futuras, tem que haver determinação conjunta, metas claras, medidas concretas, acompanhamento permanente e correcção das trajectórias.

**Combater o desemprego implica**

## INTERVENÇÃO DE JOÃO PROENÇA NA ASSINATURA DO ACORDO DE CONCERTAÇÃO ESTRATÉGICA

(Cont. na pág. 15)

**também a recusa duma sociedade dual, com permanência de situações de desemprego ou marginalização, incluindo as que resultam do trabalho ilegal.**

Queremos empresas criadoras de riqueza, preocupadas com a sua distribuição, com o investimento e o emprego. Assumimos sem receios as ligações competitividade-emprego e produtividade-salários. Consideramos do interesse comum de empresários e trabalhadores a promoção duma concorrência leal, que recuse o dumping social ou ambiental.

Em segundo lugar este é o Acordo da Negociação Colectiva, que deve assumir no quadro da empresa e do sector uma nova dimensão, compatibilizando os interesses dos trabalhadores e empregadores, ou seja, numa palavra, os interesses da empresa. Temos que eliminar os obstáculos que hoje a limitam e a impedem de ser capaz de se assumir como factor básico de regulação económica e social.

Em terceiro lugar, este é o Acordo das Reformas Estruturais, quer aquelas em que os parceiros sociais têm um papel decisivo, como o da Segurança Social e das Relações de Trabalho, quer aquelas em que os parceiros sociais devem ser ouvidos e participar nas matérias que directamente lhes dizem respeito, como a Fiscal ou a da Administração Pública.

Este primeiro Acordo de Concertação Estratégica também introduz uma nova dimensão no diálogo e na negociação em Portugal. Após sete meses de trabalho, envolvendo dezenas de técnicos e dirigentes, celebra-se este Acordo.

Mas o processo não acaba aqui. Pelo contrário, entra-se numa fase muito mais exigente, em que ao longo de três anos há que dar cumprimento às centenas de medidas nela previstas. O papel relevante da Comissão de Acompanhamento com reuniões no mínimo mensais e dispositivo técnico de apoio, vai exigir de todos e de cada um, um esforço permanente de preparação, análise, diálogo e negociação.

O cumprimento deste Acordo vai também reforçar o diálogo e a concertação nas suas múltiplas dimensões. A Concertação Social em Portugal passará de uma fase de trabalho pontual, embora por vezes muito forte, a um trabalho contínuo, exigente e cada vez mais responsável.

Ao Governo, e em especial ao Sr. Primeiro-Ministro, que sempre se tem empenhado no reforço do diálogo social e que assumiu neste Acordo uma posição decisiva, e às Confederações Patronais queremos manifestar a disponibilidade e empenhamento da UGT, sem prejuízo de sempre continuarmos, nos espaços próprios, a lutar por melhores condições de vida e de trabalho para os portugueses.

